

Revista de Ensino de Geografia

ISSN 2179-4510

www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br

Publicação semestral do Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO

Instituto de Geografia – IG

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

RELATO DE EXPERIÊNCIA E PRÁTICA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM TEMPO DE REFORMAS NA EDUCAÇÃO: PERFIL DOS ALUNOS QUE OCUPARAM UMA ESCOLA

Lediane Carvalho de Oliveira¹

RESUMO

O relato tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado de licenciatura em Geografia que ocorreu durante as discussões das propostas do governo federal para reformulação do Ensino Médio e limitar os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Após a interrupção da normalidade do estágio devido à greve de técnicos e professores na Escola de Educação Básica de Aplicação (ESEBA) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi possível realizar o acompanhamento de uma escola ocupada na cidade de Uberlândia. A ocupação pelo movimento estudantil foi uma dentre várias que ocorreram no país em reprovação às mudanças propostas. Aprovadas as propostas do governo federal, optou-se por realizar uma pesquisa nas turmas de ensino médio da mesma escola acompanhada durante a ocupação com o intento de identificar o perfil dos educandos e suas preferências dentro dos itinerários formativos previstos na Lei 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017. Com a aplicação de questionários, foram entrevistados 141 estudantes, dentre estes, 26% dos entrevistados optam pelas ciências humanas e suas tecnologias, seguido de 24% que escolheram as ciências da natureza e 24% que têm preferência pela formação técnica profissional; destes últimos, 50% dos alunos justificaram a escolha porque pretendem se qualificar para poderem trabalhar logo que concluem o ensino médio. O estudo demonstrou que a preferência está na área de ciências humanas, seguida pelas ciências da natureza. Aqueles que pretendem ingressar na formação técnica profissional, optam para iniciar cedo no mercado de trabalho e ajudar na renda familiar.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Licenciatura. Ensino. Reforma do Ensino Médio.

¹Bacharel e licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Pós-graduanda em Saneamento Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. E-mail: ledianegeo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Licenciar-se em Geografia exige entender as alterações ocorridas e que estão em andamento no tempo e no espaço e, sobretudo, tomar a responsabilidade para si de ser co-participante na formação de um indivíduo que vive em um mundo complexo.

A disciplina Estágio Supervisionado do curso de licenciatura plena em Geografia do Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) compõe os dois últimos anos do curso e é o momento em que o discente vivencia as experiências do ambiente escolar no ensino fundamental e médio. A prática do estágio, dividida em quatro períodos (Estágios 1, 2, 3 e 4) foi realizada em diversos estabelecimentos de ensino, propiciando experiência em escolas de diferentes ambientes e administradas por distintos entes governamentais.

O objetivo deste trabalho é descrever o processo de preparação para a carreira docente nas atividades exercidas nos estabelecimentos de ensino durante o estágio supervisionado, que culminou com a discussão da proposta da Medida Provisória (MP) 746/2016, aprovada e convertida na Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, também aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pela Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016).

A Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017) estabelece as áreas obrigatórias e a parte diversificada no currículo do ensino médio, além de instituir a política de fomento à implantação das escolas de ensino médio em tempo integral e criar a formação técnica profissional para esse nível de escolaridade. A grande discussão que permeia a reforma supracitada está na falta de consulta pública para a sua discussão, pois foi sancionada a partir de uma medida provisória e não como projeto de lei que prevê ampla discussão da comunidade escolar e especialistas da educação.

O novo arranjo divide essa etapa do ensino por itinerários formativos nas áreas, sendo estas: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional, além de ampliar a carga horária progressivamente para 1.400 horas.

A Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 aprovada (BRASIL, 2016) limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação, restringindo investimentos por até vinte anos.

As novas propostas do governo dividem opiniões e foi no ápice das discussões que eclodiram as greves, ocupações e manifestações coincidindo com os estágios supervisionados 2 e 3.

2 GREVE, MANIFESTAÇÕES E OCUPAÇÕES EM ESCOLAS

A conformidade do estágio supervisionado II foi interrompida pelos movimentos grevistas e ocupações dos alunos secundaristas nas escolas estaduais. Foram mais de 20 escolas ocupadas somente na cidade de Uberlândia e mais de 1.000 ocupações em todo o país, incluindo institutos federais e instituições de nível superior.

O estágio ocorria na Escola de Educação Básica– ESEBA, da Universidade Federal de Uberlândia UFU, porém devido à greve dos professores e técnicos da instituição contra a reforma do ensino médio e contra a PEC 55 o estágio teve que ser interrompido.

A ESEBA é uma unidade especial de ensino da UFU, conhecida como escola de aplicação. Esse tipo de unidade de ensino foi criada através do Decreto Federal nº 9.053/1943 com o objetivo de aplicação para os cursos de licenciatura em uma situação real de ensino-aprendizagem e servindo de campo de experimentação pedagógica para renovação e melhoria do ensino fundamental e médio.

A professora supervisora do estágio na escola estava à frente do comando grevista e relatou o recebimento de ameaças caso não retomasse as aulas. Pais e alunos fizeram manifestações em frente à escola e alguns pais chegaram a transferir os filhos da escola de aplicação.

2.1 Acompanhando uma escola ocupada

Devido ao percalço durante o estágio na ESEBA, decidiu-se por acompanhar uma escola estadual ocupada. A escola foi ocupada no dia 17 de outubro de 2017 pelos estudantes, que mantinham um cronograma de atividades para que não ficassem prejudicados nos estudos e recebiam professores voluntários e acadêmicos para desenvolver projetos e ministrar palestras.

Os estudantes estavam bem esclarecidos quanto às motivações que os levaram a ocupar a instituição de ensino, mantinham-se organizados para a limpeza e preparo das refeições e constantemente realizavam reuniões, inclusive com pais de alunos repassando os relatórios das atividades e discutindo opiniões.

As ocupações ocorreram no período de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, atualmente a principal “porta” de entrada para a universidade no país. Não foi possível a aplicação da prova nas escolas ocupadas no dia previsto e, por isso, foram adiadas nesses estabelecimentos. Grande parte dos alunos era de nível médio e se preparavam para a realização da prova, mas persistiram mesmo com a possibilidade de não participação no ENEM. A prova foi aplicada nas unidades de ensino ocupadas após a desocupação.

A ocupação na escola que acompanhamos durou 15 dias, de 18 de Outubro a 07 de novembro de 2017, após a qual as aulas foram retomadas e repostas para o cumprimento do calendário escolar.

3 PESQUISA COM OS EDUCANDOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Durante o Estágio 3 foi proposta pelo professor orientador, como atividade da disciplina, realizar uma pesquisa sobre a reforma do ensino médio, tendo em vista os movimentos e que o Estágio Supervisionado 3 ocorre nesse nível de escolaridade. Analisando a autonomia que os alunos tiveram durante o movimento de ocupação, a escolha foi por fazer a pesquisa sobre os anseios dos alunos com as novas mudanças e as pretensões dos mesmos para o futuro profissional.

A pesquisa, intitulada “Perfil e preferências dos educandos frente à nova reforma do ensino médio”, foi realizada com turmas dos 1º e 2º anos do ensino regular na escola. A coleta de dados primários ocorreu por meio de aplicação de questionários e entrevistas com posterior tabulação e formulação de gráficos buscando eficiência nas análises. As fontes de referência dos dados secundários foram, dentre outras, a Lei 13.415/2017 que estabelece a reforma do ensino médio (BRASIL, 2017). Foram entrevistados 141 estudantes de quatro turmas de 1º ano e uma turma de 2º ano do período matutino, conforme distribuição em gráfico na Figura 1.

Os estudantes permanecem na unidade escolar em aula de 07h00min às 11h30min da manhã, sendo 04horas e 30min/dia em cinco dias da semana com intervalo de 20 minutos. Questionados sobre as atividades realizadas no contraturno escolar, a maioria dos estudantes (55%) afirma que não exerce nenhuma outra atividade fora da escola. Os demais mencionaram cursos técnicos profissionalizantes, inglês e pré-vestibular e a minoria (apenas 2%) pratica algum esporte regularmente (Figura 2).

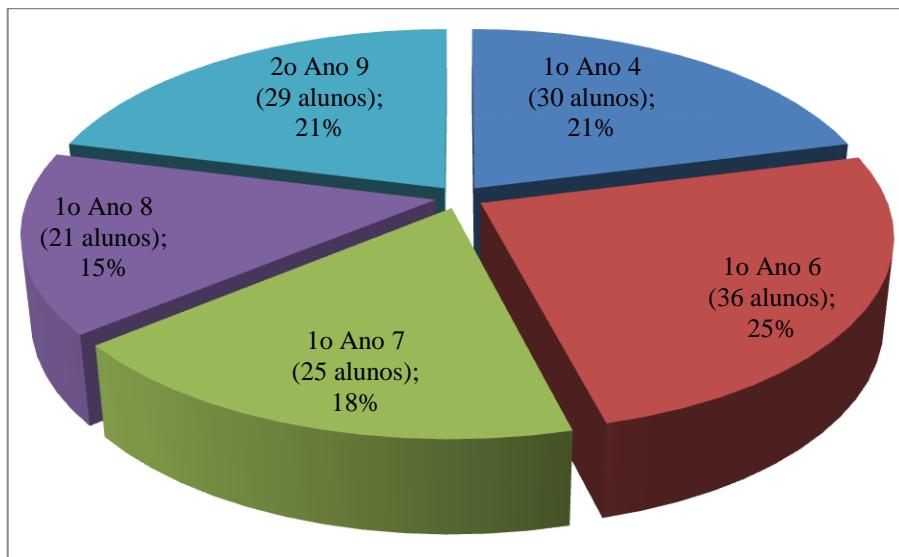


Figura 1: Distribuição dos alunos entrevistados por turma.
Fonte: Pesquisa direta - 2017. Organizado pela autora.

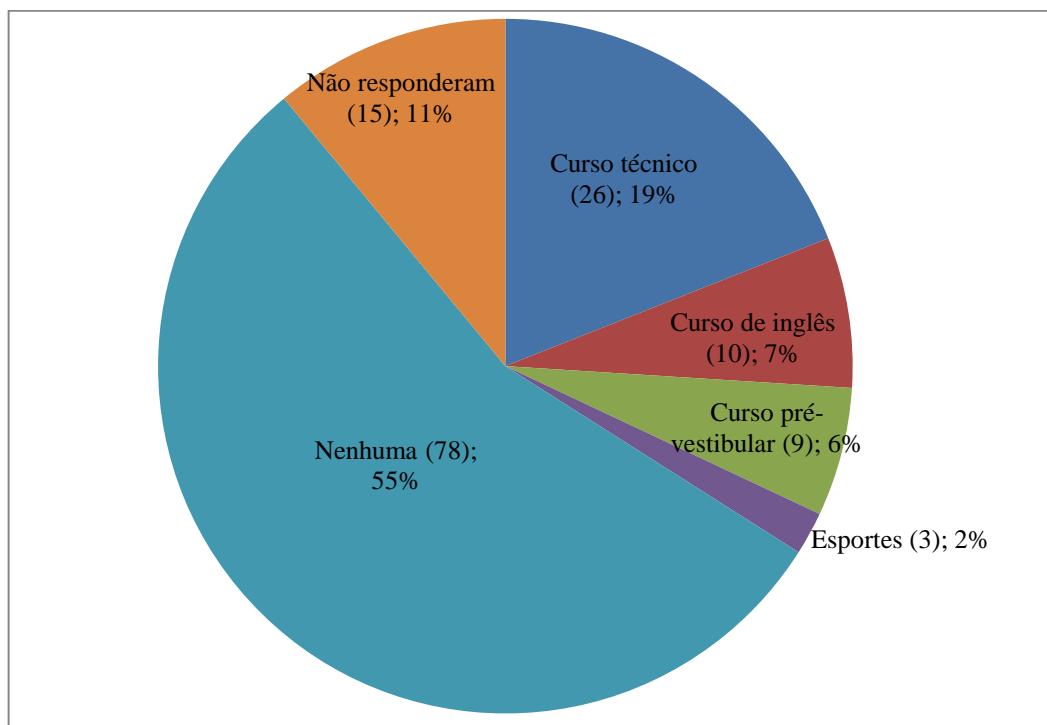
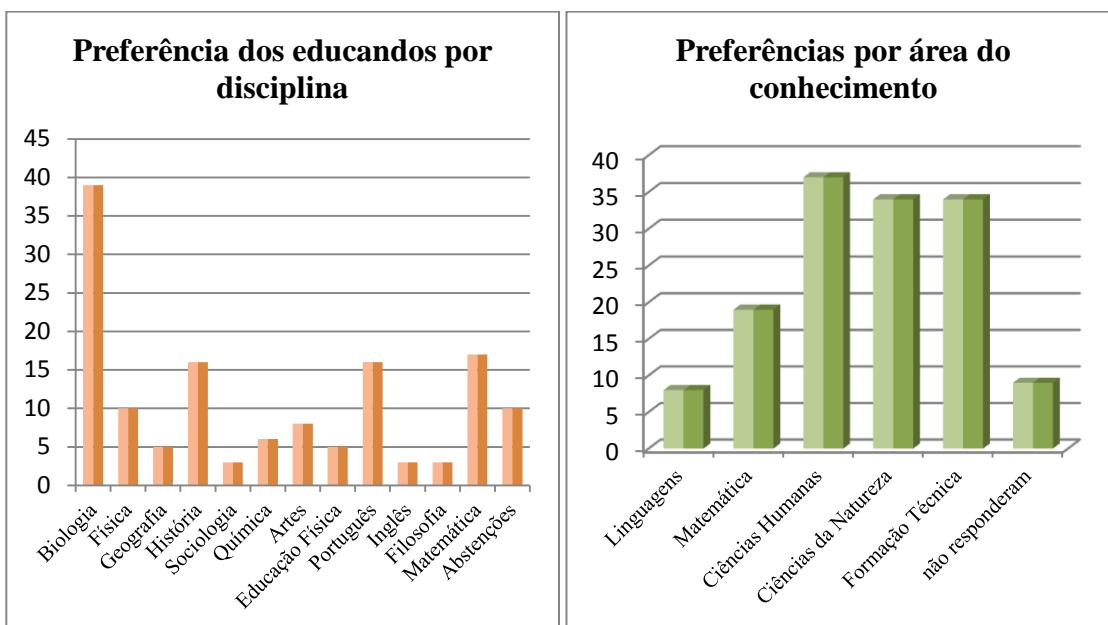


Figura 2: Atividades desenvolvidas no contra turno escolar.
Fonte: Pesquisa direta - 2017. Organizado pela autora.

Questionados sobre as preferências das disciplinas obrigatórias atualmente, 39 alunos, ou seja, 28% dos estudantes entrevistados apontaram preferir Biologia (figura 3) e no novo arranjo do ensino médio 37 alunos ou 26% do total optam pelas Ciências Humanas e suas Tecnologias (figura 4), seguida de 24% que escolheram as Ciências da Natureza e 24% que tem preferência pela formação técnica profissional. Destes últimos, 50% dos alunos

justificaram a escolha porque pretendem se qualificar para poderem trabalhar logo que concluam o ensino médio. Dos entrevistados que escolheram Ciências humanas, 30% justificam a preferência por ter maior facilidade de aprendizado na área.



Figuras 3 e 4: Preferências dos alunos por disciplina e por área do conhecimento. Fonte: Pesquisa direta - 2017. Organizado pela autora.

Contudo, perguntado sobre o que pretendem fazer após conclusão do ensino médio, dos 141 entrevistados, 111 estudantes, equivalente a 79%, afirmam pretender ingressar em uma universidade e 11% ainda não decidiu o seu futuro pós-ensino médio, havendo ainda aqueles que pretendem trabalhar ou têm outros planos (Figura 5).

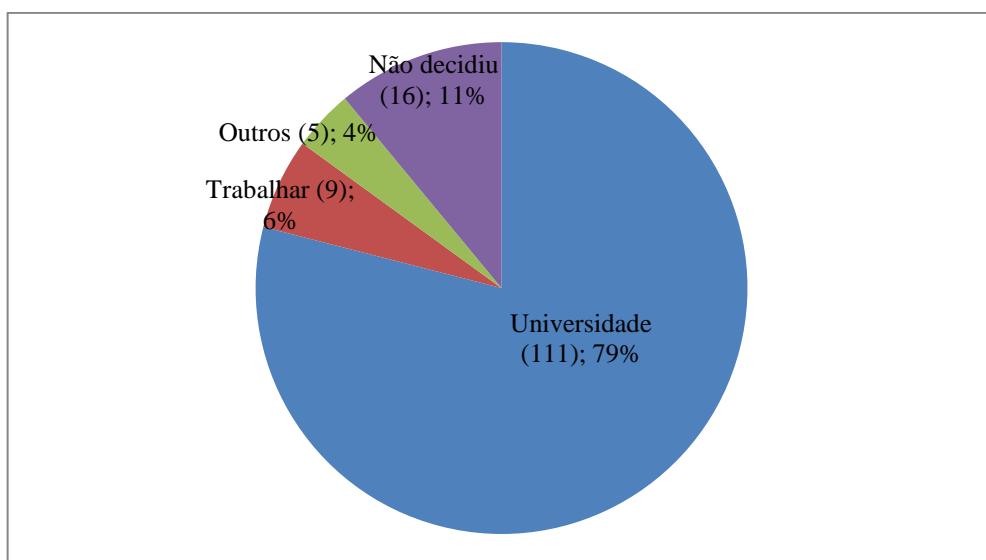


Figura 5 O que os estudantes pretendem fazer após concluir o Ensino Médio. Fonte: Pesquisa direta- 2017. Organizado pela autora.

A pesquisa revelou que 64% dos alunos não trabalham no contraturno escolar, mas exercem atividades como cursinho pré-vestibular, cursos técnicos e uma minoria, 2%, pratica algum esporte regularmente; 26% têm preferência pela grande área de ciências humanas e suas tecnologias e 59% dos entrevistados são contrários às novas propostas porque acreditam que todas as disciplinas são importantes e por não concordarem com o tempo integral, principalmente pela falta de estrutura física das escolas.

3.1 Entrevista com o profissional docente

Entrevistamos também o professor supervisor de estágio na escola, o qual é formado na Universidade Federal de Uberlândia desde 2007. O professor relata que o maior desafio na atualidade para os docentes é criar um bom ambiente de aprendizagem e de relacionamento com os estudantes de forma a prender a atenção dos mesmos e despertar o interesse pelo conteúdo.

O professor leciona nos dois turnos na mesma escola para o ensino fundamental e médio e dedica de 35 a 40 horas semanais às atividades educacionais.

Questionado sobre a reforma do ensino médio, o mesmo se diz contrário, pois no cenário político atual, com recentes cortes de investimento e com as estruturas físicas que as escolas se encontram, não permitem a aplicação das mudanças.

Para o professor os pontos positivos da reforma é a liberdade de escolha dos estudantes sobre os conteúdos que tiverem maior interesse e o tempo integral, desde que tenha condições de funcionamento. Como pontos negativos, o professor destaca a falta de estrutura das escolas e o processo de contratação dos profissionais; acredita que alguns professores poderão perder suas aulas e as avaliações externas terão que ser adaptadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Geografia implica em refletir sobre o cenário político e social de uma nação, sobre o território e suas territorialidades, sobre mudanças e suas implicações. Os estágios supervisionados 2 e 3 foram atípicos considerando os demais, porém contribuíram satisfatoriamente para o entendimento dos movimentos de livre expressão do pensamento crítico dos atores envolvidos no campo educacional.

A pesquisa desenvolvida nas turmas do ensino médio durante o estágio supervisionado 3 permitiu levantar o perfil dos estudantes, bem como as perspectivas para o futuro acadêmico

e profissional, o que se destaca como um importante desafio aos educadores que acompanharão esses jovens em período integral, jovens que se dividem no desejo de ingressar na universidade e ao mesmo tempo necessitar ingressar cedo no mercado de trabalho para auxiliar na renda e no sustento das famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1. p. 2. 16 de dez. de 2016.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1. 17 de fev. de 2017.

Recebido em 14/12/2017.
Aprovado em 05/07/2018.